REVISTA CORDIS

BODES NEGROS, BODES BRANCOS: O PAPEL DA POESIA NO MOVIMENTO ABOLICIONISTA BRASILEIRO DO SÉCULO XIX

BLACK GOATS, WHITE GOATS: THE ROLE OF POETRY IN THE 19TH-CENTURY BRAZILIAN ABOLITIONIST MOVEMENT

Djesniel Stheieny Krause[1]

RESUMO: A abolição da escravidão no Brasil não ocorreu em um vácuo histórico, mas foi precedido por movimentos sociais que foram cruciais para a pressão popular pela derrocada do escravagismo. O presente trabalho visa demonstrar a importância da poesia de autores como José do Patrocínio e Luís Gama para a disseminação dos ideais antiescravagistas e para a desmoralização do empreendimento da escravidão, gerando uma ânsia cada vez maior por ações governamentais que progressivamente se opusessem à aquisição, ao tráfico e mesmo à posse de escravos, culminando na abolição total da escravidão em 1888.

PALAVRAS-CHAVE: Abolicionismo; Escravidão; Poesia; Luiz Gama.

ABSTRACT: The abolition of slavery in Brazil did not occur in a historical vacuum but was preceded by social movements that were crucial to popular pressure for the overthrow of slavery. This paper aims to demonstrate the importance of the poetry of authors such as José do Patrocínio and Luís Gama for the dissemination of anti-slavery ideals and for the demoralization of the slavery enterprise, generating a growing eagerness for government action that progressively opposed the acquisition, trafficking and even ownership of slaves, culminating in the total abolition of slavery in 1888.

KEYWORDS: Abolitionism; Slavery; Poetry; Luiz Gama.

10.23925/2176-4174.38.2026e77608

Recebido em: 31/07/2026.

Aprovado em: 04/09/2026.

Publicado em: 10/09/2026.

[1] Mestrando em Literatura (UFSC). Universidade da Região de Joinville. Orcid: https://orcid.org/0009-0006-7848-5417 E-mail: djesniel@yahoo.com.br

Introdução

A abolição da escravidão no Brasil, ocorrida com a assinatura da Lei Áurea em 1888 pela princesa Isabel, que estava então na regência do império brasileiro, não ocorreu em um vácuo histórico, antes, foi precedido por movimentos sociais que tornaram a campanha abolicionista irresistível e que já haviam conquistado a vitória em outros países como Inglaterra, França e Estados Unidos. O presente trabalho visa analisar o movimento abolicionista brasileiro e demonstrar a importância da poesia na disseminação dos ideais de liberdade que culminaram no fim da escravidão também no império brasileiro.

Para tanto, o trabalho se divide em três capítulos, sendo o primeiro deles responsável por apresentar o movimento abolicionista brasileiro, apresentando os principais líderes do movimento e mencionando as leis promulgadas pelo império brasileiro que, progressivamente, combatia o empreendimento escravagista.

O segundo capítulo tratará sobre as relações com os movimentos abolicionistas internacionais, tanto no aspecto de comparação do abolicionismo brasileiro com o britânico e americano, quanto no aspecto das trocas de correspondências entre as sociedades antiescravagistas.

Por último, o terceiro capítulo focará no uso do teatro e da poesia como ferramenta artística para desmoralizar a prática da escravidão e disseminar a moral abolicionista. Será dada atenção especial aos poemas de Luiz Gama publicados em suas Primeiras Trovas Burlescas. Também a reação dos fazendeiros e da elite política brasileira à promulgação da Lei Áurea serão mencionadas.

1. O movimento abolicionista brasileiro.

Desde a Proclamação da Independência do Brasil em 1822, podia-se encontrar figuras que se posicionavam na condenação da escravidão e iniciaram o pleito pela abolição. Nomes como os de José Bonifácio de Andrade e Silva e de Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira despontam como principais defensores da liberdade. Pode-se mencionar ainda a promulgação da Lei Feijó de 1831, que visava proibir o tráfico transatlântico de africanos escravizados para o Brasil, mas que foi,

infelizmente, ignorada, desobedecida e sabotada, resultando na continuidade e até mesmo agravamento da situação escravocrata no território brasileiro.

É apenas na segunda metade do século XIX que o abolicionismo ganha o caráter de movimento, cresce em influência política e adquire relevância popular. Já em 1850, a proibição prevista na Lei Feijó é reafirmada na Lei Eusébio de Queirós que, novamente, proíbe a entrada de escravos em território brasileiro. Tal lei, claro, não significou o fim da escravidão propriamente dita. Carlos Sixirei Paredes afirma que "a extinção do tráfico negreiro criou condições propícias para que os 'coronéis' provenientes do Norte, para quem o escravo era mais um gasto que uma fonte de renda, pudessem vende-lo às áreas cafeicultoras de São Paulo e Minas Gerais". (Paredes, 1990, p. 619, tradução nossa)[2]. Havia ainda muito pelo que se lutar.

Uma das figuras de maior reconhecimento na luta antiescravagista brasileira é Joaquim Nabuco, pernambucano, formado na Faculdade de Direito do Recife e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Nabuco escreve sobre as mencionadas leis:

> A primeira oposição nacional à Escravidão foi promovida tão somente contra o Tráfico. Pretendia-se suprimir a escravidão lentamente, proibindo a importação de novos escravos. À vista da espantosa mortalidade dessa classe, dizia-se que a escravatura, uma vez extinto o viveiro inesgotável da África, iria sendo progressivamente diminuída pela morte, apesar dos nascimentos. Acabada a importação de africanos pela energia e decisão de Eusébio de Queirós, e pela vontade tenaz do Imperador – o qual chegou a dizer em despacho que preferia perder a coroa a consentir na continuação do Tráfico -, seguiu-se à deportação dos traficantes e à lei de 4 de setembro de 1850 uma calmaria profunda. (Nabuco, 2024, p. 55).

José Murilo de Carvalho afirma que "o imperador nunca deixou de abominar a escravidão, como seria de esperar de um típico ilustrado" (Carvalho, 2007, p. 192). Em outro lugar, escrevendo com Leslie Bethell, Carvalho relata ainda que "em 1865, o imperador Dom Pedro II dera início à discussão do problema [não apenas do fim do tráfico, mas da abolição da escravatura] solicitando a seu jurista preferido, o senador Pimenta Bueno, futuro marquês de Visconde de São Vicente, que esboçasse uma legislação abolicionista" (Bethell; Carvalho, 2009, p. 208). Os autores prosseguem relatando que "em janeiro de 1866, o senador apresentou cinco anteprojetos, entre os quais se destacava o da libertação dos nascituros. Foram levados logo a seguir ao

[2] "La extinción del tráfico negreiro creó condiciones propicias para que los <<coroneles>> decadentes del norte, para quien el esclavo ya era más un gasto que una fuente de ingresos, pudiesen venderlo a las áreas cafeicultoras de São Paulo y Minas Gerais".

gabinete chefiado pelo marquês de Olinda, onde não encontraram apoio" (Bethell; Carvalho, 2009, p. 208), sendo o principal motivo alegado para a resistência, o envolvimento do Brasil em uma guerra contra o Paraguai.

As brigas e desentendimentos por conta do assunto da abolição da escravatura continuam e, em 1868, o senador José Thomaz Nabuco de Araújo, pai do já mencionado Joaquim Nabuco, auxiliou na fundação do jornal A Reforma, que defendia um programa radical, que incluía a emancipação do elemento servil. Conforme Bethell e Carvalho, "em 1869, o Centro Liberal, liderado por Nabuco [pai], inovou ao ser a primeira associação política a incluir o tema da emancipação em seu programa" (Bethell; Carvalho, 2009, p. 209). Nesta época, Joaquim Nabuco estudava na Faculdade de Direito de São Paulo (apenas mais tarde ele será transferido para a Faculdade de Direito de Recife), assim, "enquanto o pai se envolvia na luta abolicionista no Senado e no Conselho de Estado, o filho convivia em São Paulo com Castro Alves que empolgava as plateias declamando poesias abolicionistas" (Bethell; Carvalho, 2009, p. 209). Aqui, pode-se perceber as primeiras influências abolicionistas de Nabuco, sendo estas o exemplo do próprio pai e as poesias abolicionistas de seu amigo Castro Alves. Eis uma breve pré-demonstração do papel decisivo da poesia no movimento abolicionista brasileiro.

Não apenas Nabuco e os demais nomes já mencionados no presente trabalho foram importantes para a abolição da escravatura, Wlamyra Albuquerque (2018) destaca ainda a liderança homens negros no movimento. Entre eles, pode-se destacar Luís Gama, que desde 2018 é considerado o patrono da abolição da escravatura no Brasil, José do Patrocínio, André Rebouças, Ferreira de Meneses, Manuel Quirino, entre tantos outros. Dos nomes acima mencionados, quando o assunto é poesia, o de Gama desponta como uma referência.

Luiz Gonzaga Pinto da Gama nasceu em 1830, em Salvador, na Bahia. Como informa Luiz Carlos Santos, Gama era "filho de uma negra africana livre e de um fidalgo português, foi vendido como escravo aos 10 anos de idade" (Santos, 2010, p. 15). O mesmo permaneceu na condição de escravo até os 18 anos de idade, quando conseguiu escapar da casa onde trabalhava. Gama conta o ocorrido em uma carta: "[...] tendo obtido ardilosa e secretamente provas inconcussas de minha liberdade, retirei-me, fugindo, da casa do alferes Antonio Pereira Cardoso, que aliás votava-me a maior estima, e fui assentar praça" (Gama apud Santos, 2010, p. 27). No período

em que Gama trabalhou como escravo, teve a oportunidade de fazer amizade com Antonio Rodrigues do Prado Junior, que o ensinou a ler e a escrever. Assim, o jovem Luiz Gama interessou-se pelas letras e pela disciplina do direito. Santos afirma que:

> Gama não teve dúvidas de que o caminho das letras também poderia levar à liberdade e empenhou-se em aprofundar seus conhecimentos no domínio da leitura e da escrita. Ele interessou-se pela compreensão dos trâmites legais e de como funcionava a interferência das autoridades do governo e dos senhores de escravos, cujos interesses eram os mesmos. (Santos, 2010, p. 28).

Já em liberdade, Gama seguiu a carreira militar por algum tempo e mais tarde foi nomeado escrevente da Secretaria de Polícia de São Paulo. Por volta de 1858, Gama teve contato com o poeta e professor de direito José Bonifácio, o Moço, com quem manteve amizade. No ano seguinte, 1859, Gama publicou sua obra Primeiras Trovas Burlescas e manteve, em anexo, poemas de seu amigo Bonifácio. Em um destes poemas, denominado Saudades do Escravo, encontram-se os seguintes versos:

> Escravo – não, ainda vivo,
> Inda espero a morte ali;
> Sou livre embora cativo,
> Sou livre, ainda não morri!
> Meu coração bate ainda
> Nesse bater que não finda;
> Sou homem – Deus o dirá!
> Deste corpo desgraçado
> Meu espírito soltado
> Não partiu – ficou-me lá! (Bonifácio, 2000, p. 164)

Durante sua vida, Gama defendeu a causa abolicionista, especialmente nos tribunais, mas também soube trabalhar com a imprensa, escrevendo, denunciando e satirizando o poder escravagista nacional, como é o caso do poema Quem sou eu? presente em sua obra Primeiras Trovas Burlescas, onde o autor ironiza a utilização do termo Bode de modo pejorativo, que era aplicado à mulatos de pele escura:

> Bodes há de toda a casta,
> Pois que a espécie é muito vasta...
> Há cinzentos, há rajados,
> Baios, pampas e malhados,
> Bodes negros, bodes brancos,
> E, sejamos todos francos,
> Uns plebeus, e outros nobres,
> Bodes ricos, bodes pobres,
> Bodes sábios, importantes,
> E também alguns tratantes...
> Aqui, n'esta boa terra,
> Marram todos, tudo berra;

Nobres Condes e Duquesas[,]
Ricas Damas e Marquesas,
Deputados, senadores,
Gentis-homens, veadores (sic);
Belas Damas emproadas,
De nobreza empantufadas;
Repimpados principotes,
Orgulhosos fidalgotes,
Frades, Bispos, Cardeais,
Fanfarrões imperiais,
Gentes pobres, nobres gentes,
Em todos há meus parentes.
Entre a brava militança
Fulge e brilha alta bodança;
Guardas, Cabos, Furriéis,
Brigadeiros, Coronéis,
Destemidos Marechais,
Rutilantes Generais,
Capitães de mar e guerra,
- Tudo marra, tudo berra -.
Na suprema eternidade,
Onde habita a Divindade,
Bodes há santificados,
Que por nós são adorados. (Gama, 2000, p. 116-17).

Pode-se observar que ninguém escapa à crítica de Gama; a nobreza, como Condes e Duquesas, classes políticas, como Deputados e Senadores, militares como Marechais e Generais e até eclesiásticas, com Frades, Bispos e Cardeais, todos são ironizados como “bodes” que possuem parentesco com Gama. Santos afirma que “Luiz Gama foi um dos maiores articuladores políticos que o Império conheceu. Soube sonhar com os republicanos os sonhos da cidadania que remetiam à liberdade e à igualdade. Associou-se a todos os que, como ele, odiavam os reis e os senhores” (Santos, 2010, p. 32).

Seria um erro, entretanto, fazer uma simples associação entre o republicanismo e o abolicionismo e a monarquia com o escravagismo. Como o próprio Santos mais a diante expõe, “Luiz Gama ampliou sua atuação abolicionista, embora soubesse das limitações, impostas pela presença, em muitos desses grupos, de pessoas que defendiam os ideais republicanos e, ao mesmo tempo, a manutenção do trabalho escravo” (Santos, 2010, p. 64). Na verdade, conforme Joaquim Nabuco escreve à época, “sob a bandeira da abolição combatem hoje Liberais, Conservadores, Republicanos, sem outro compromisso, e este tácito e por assim dizer de honra política, senão o de subordinarem a sujeição partidária a outra maior, a consciência humana” (Nabuco, 2024, p. 60) e Carvalho afirma até mesmo que “os republicanos de São Paulo, na maioria fazendeiros, recusaram-se, para grande irritação e escândalo

do abolicionista Luís Gama, a incluir a abolição em seu programa, alegando que era assunto dos partidos monárquicos" (Carvalho, 2007, p. 192).

Gama faleceu em 1882, aos 52 anos de idade. Sobre o sepultamento de Gama, Santos afirma que "em uma cidade com pouco mais de 40 mil habitantes, mais de três mil acompanharam o enterro de um negro cujo bem maior foi lutar pela liberdade dos seus; este foi, certamente, o maior acontecimento da época" (Santos, 2010, p. 78). Por ocasião de sua morte, seu amigo José do Patrocínio escreveu na Gazeta da Tarde:

> Na hora em que o parlamento premeditava mais uma vergonha para o país; na hora em que para iludir a opinião ele se divertia em discutir às pressas, para logo passar para o fim da ordem do dia, o projeto proibindo o tráfico interprovincial de escravos, caía Luís Gama para não mais se levantar. A sua palavra fulminante substituía a tremenda afonia do túmulo; o seu heroísmo inimitável cedia o passo à inércia absoluta. (Patrocínio, 2013, p. 33)

José do Patrocínio é, ele próprio, outro expoente do abolicionismo brasileiro, tendo fundado, em 1880, juntamente com Joaquim Nabuco e com André Rebouças, a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão.

2. A relação com os movimentos abolicionistas internacionais.

Como se sabe, o Brasil não foi o primeiro país a tomar iniciativas antiescravagistas. Bethell e Carvalho informam que as primeiras iniciativas ocorreram na Inglaterra, pelos *quakers*, que "puseram em prática essa virada teológica excluindo da seita os membros proprietários de escravos" (Bethell; Carvalho, 2009, p. 214), os autores prosseguem, informando também que "em 1783, os *quakers* de Londres, atendendo a apelo de seus irmãos da Filadélfia, criaram a primeira organização abolicionista da Inglaterra, chamada *Committee on the Slave Traffic* [Comitê sobre o Tráfico de Escravos]" (Bethell; Carvalho, 2009, p. 214). Embora a maioria dos fundadores fossem *quakers*, havia também a presença de importantes anglicanos, como Granville Sharp e Thomas Clarkson, que foram fundamentais no convencimento de William Wilberforce em apoiar o abolicionismo. Conforme Bethell e Carvalho, "quatro anos depois, a luta chegou ao Parlamento britânico graças à adesão de William Wilberforce e à criação ao *Committee for the Abolition of the Slave Trade*" (Bethell; Carvalho, 2009, p. 214).

Não apenas Sharp e Clarkson foram uma influência decisiva para Wilberforce, outros importantes religiosos devem ser mencionados, como John Wesley e John Newton, este último, sendo ele próprio um antigo traficante de escravos que passou por um interessante caso de conversão ao experimentar uma tempestade em alto mar. Em suas próprias palavras, ao relembrar seus tempos de tráfico negreiro, diz que:

> Eu era capaz de qualquer coisa. Não tinha o menor temor de Deus diante dos meus olhos, nem (até onde me lembro) a menor sensibilidade de consciência. Estava possuído por um espírito de ilusão tão forte que acreditei na minha própria mentira e estava firmemente convencido de que, após a morte, deixaria de existir. (Newton, 2017, p. 35, tradução nossa)[3].

Mais adiante, o autor escreve sobre a sua experiência de conversão ao cristianismo, “Ele [Deus] me poupou para me dar o conhecimento de si mesmo, na pessoa de Jesus Cristo. Por amor à minha alma, ele me livrou do poço da corrupção e lançou todos os meus pecados hediondos para trás de si!” (Newton, 2017, p. 46, tradução nossa)[4].

Figuras como Wilberforce, por sua vez, serão de grande influência também no Brasil. De acordo com Angela Alonso (2015), a principal referência para Joaquim Nabuco na luta antiescravagista foi William Wilberforce, enquanto para Rebouças, Gama e Patrocínio, era o americano e também negro, Frederick Douglass, tendo ele próprio, como Gama, experimentado a escravidão. Também Douglass mantinha uma postura religiosa com firmes ligações com o metodismo. Em sua autobiografia, Douglass recorda seu período de escravidão:

> Desde minhas primeiras lembranças, eu mantive uma profunda convicção de que a escravidão não seria capaz de me manter em seu abraço sujo para sempre; e nas horas mais sombrias de minha permanência na escravidão, essa palavra viva de fé e esse espírito de esperança não se afastaram de mim, mas permaneceram como anjos ministradores para me animar durante a escuridão. Esse bom espírito veio de Deus, e a Ele dou graças e louvor. (Douglass, 2005, p. 39, tradução nossa)[5].

[3] “I was capable of anything. I had not the least fear of God before my eyes, nor (so far as I remember) the least sensibility of conscience. I was possessed of so strong a spirit of delusion, that I believed my own lie, and was firmly persuaded that after death I would cease to exist”.

[4] “He spared me, to give me the knowledge of himself, in the person of Jesus Christ. In love to my soul he delivered me from the pit of corruption, and cast all my heinous sins behind his back!”.

[5] “From my earliest recollection, I date the entertainment of a deep conviction that slavery would not always be able to hold me within its foul embrace; and in the darkest hours of my career in slavery, this living word of faith and spirit of hope departed not from me, but remained like ministering angels to cheer me through the gloom. This good spirit was from God, and to him I offer thanksgiving and praise”.

Assim, tanto entre os britânicos quanto entre os americanos, pode-se observar uma forte relação do abolicionismo com a religião. Também Henry David Thoreau, em seu discurso no Ato Antiescravidão, em Framingham, 1854, afirma que “quem quer que tenha discernido a verdade recebeu sua autoridade de uma fonte mais elevada do que a mais elevada justiça terrena, que só é capaz de discernir a lei. Ela se vê constituído em juiz do juiz. O estranho é que seja necessário afirmar verdades tão simples” (Thoreau, 2012, p. 69) e pouco mais a diante volta a reafirmar a existência e o valor de uma justiça transcendente. Em suas palavras:

> A questão não é saber se o nosso avô, setenta anos atrás, fez um acordo para servir o diabo, e se esse serviço está ou não sendo cumprido devidamente; a questão é saber se nós agora, finalmente, serviremos a Deus – a despeito de nossa covardia pregressa, ou da covardia do nosso antepassado -, obedecendo à única CONSTITUIÇÃO eterna e justa, que Ele, e não Jefferson ou Adams, escreveu em nosso ser. (Thoreau, 2012, p. 73)

Tais afirmações se dão pelo motivo exposto por Abraham Kuyper, primeiro-ministro dos Países Baixos em 1901:

> [...] tão logo se afasta da segurança que a justiça encontra somente em Deus e em sua Palavra, os jurisprudentes não são capazes de deduzir a justiça de outra fonte que não seja a tradição e o senso de justiça do povo. E uma vez que este senso é tão instável como as águas correntes de um rio, ele destrói rigorosamente a segurança do conceito de justiça”. (Kuyper, 2018, p. 99)

Ainda assim, pode-se perceber uma diferença significativa no abolicionismo brasileiro. Celia Azevedo (1996) afirma que os abolicionistas brasileiros tinham uma inspiração secular-científica, recorrendo a exemplos científicos no convencimento do erro que é a escravidão. Segundo a autora, diferentemente dos americanos ou britânicos, “[...] que reconheciam o pecado da escravidão à luz da verdade divina da igualdade de todos os seres humanos” (Azevedo, 1996, p. 100), os brasileiros possuíam um discurso muito mais voltado às questões seculares de caridade e igualdade do que para a ideia de que os senhores estariam cometendo um pecado grave ao escravizar outras pessoas.

Tal verdade pode ser observada pela fala de José do Patrocínio que, ao escrever em 1887, prevendo o fim da escravidão no Brasil, afirma: “de feito: a 14 de julho de 1889 haverá maré cheia para a abolição; um preia-mar de liberdade, de igualdade e de fraternidade há de inundar a nossa pátria, afogando o escravismo nos mangues ensanguentados da pirataria” (Patrocínio, 2013, p. 118). A tríade liberdade, igualdade e fraternidade são uma clara alusão à Revolução Francesa de 1789. Pode-

se ainda observar a secularidade das motivações abolicionistas brasileiras pelos motivos elencados por Nabuco para a abolição. Em primeiro lugar:

> Porque a escravidão, assim como arruína economicamente o país, impossibilida o seu progresso material, corrompe-lhe o caráter, desmoraliza-lhe os elementos constitutivos, tira-lhe a energia e a resolução, rebaixa a política; habitua-o ao servilismo, impede a imigração, desonra o trabalho manual, retarda a aparição das indústrias, promove a bancarrota, desvia os capitais do seu curso natural, afasta as máquinas, excita o ódio entre classes, produz uma aparência ilusória de ordem, bem-estar e riqueza, a qual encobre os abismos de anarquia moral, de miséria e destituição, que do Norte ao Sul margeiam todo o nosso futuro. (Nabuco, 2024, p. 149).

O segundo motivo elencado por Nabuco não é menos secular-econômico:

> Porque a escravidão é um peso enorme que atrasa o Brasil no seu crescimento em comparação com os outros Estados sul-americanos que a não conhecem; porque, a continuar, esse regime há de forçosamente dar em resultado o desmembramento e a ruína do país; porque a conta dos seus prejuízos e lucros cessantes reduz a nada o seu apregoado ativo, e importa em uma perda nacional enorme e contínua; porque, somente quando a escravidão houver sido de todo abolida, começará a vida normal do povo, existirá mercado para o trabalho, os indivíduos tomarão o seu verdadeiro nível, as riquezas se tornarão legítimas, a honradez cessará de ser convencional, os elementos de ordem se fundarão sobre a liberdade, e a liberdade deixará de ser um privilégio de classe. (Nabuco, 2024, p. 149).

O terceiro motivo, por sua vez, tem um enfoque na posição de vergonha do Brasil perante as outras nações, pois era, na ocasião, um país dividido:

> Porque só com a emancipação total podem concorrer para a grande obra de uma pátria comum, forte e respeitada, os membros todos da comunhão que atualmente se acham em conflito, ou uns com os outros, ou consigo mesmos: os escravos, os quais estão fora do grêmio social; os senhores, os quais se veem atacados como representantes de um regime condenado; os inimigos da escravidão, pela sua incompatibilidade com esta; a massa, inativa, da população, a qual é vítima desse monopólio da terra e dessa maldição do trabalho; os brasileiros em geral que ela condena a formarem, como formam, uma nação de proletários. (Nabuco, 2024, p. 150).

Como nota-se, os motivos elencados por Nabuco não fazem nenhuma menção a um sentimento religioso, antes, estão sempre ligados à ideia de progresso e desenvolvimento, tão típicos do Brasil do século XIX, que já experimentava grandes avanços tecnológicos, como o telégrafo, as estradas de ferro e, como afirma Tinhorão, a "[...] prova definitiva de modernidade – [a] primeira experiência com a luz elétrica" (Tinhorão, 1998, p. 204).

Digno de nota é ainda a influência exercida por Ernest Renan, um conhecido teólogo positivista francês, sobre Joaquim Nabuco, que chegou a se corresponder com o mesmo. Renan adotou uma postura naturalista da teologia cristã, onde

qualquer sobrenaturalismo é extirpado dos relatos históricos. Sobre a ressurreição de Jesus, o evento sobrenatural mais importante para o cristianismo, Renan chegou mesmo a escrever:

> No domingo de manhã, as mulheres, primeiro Maria Madalena, foram bem cedo ao sepulcro. A pedra havia sido removida da abertura, e o corpo não estava mais no lugar onde havia sido colocado. Ao mesmo tempo, os mais estranhos rumores se espalharam pela comunidade cristã. O grito: "Ele ressuscitou!" correu como um raio entre os discípulos. O amor facilitou a crença em toda parte. O que havia acontecido? Quando tratarmos da história dos apóstolos, teremos de examinar esse ponto e procurar a origem das lendas sobre a ressurreição. Para o historiador, a vida de Jesus terminou com seu último suspiro. Mas ele havia deixado uma marca tão grande no coração de seus discípulos e de alguns amigos devotados que, por semanas depois, ele ainda estava vivo e era uma fonte de consolo para eles. Seu corpo havia sido removido, ou o entusiasmo, sempre crédulo, deu origem, após o evento, a uma série de histórias que buscavam estabelecer a fé na ressurreição? Na ausência de documentos contraditórios, nunca saberemos. Digamos, entretanto, que a forte imaginação de Maria Madalena desempenhou um papel fundamental nessa circunstância. O poder divino do amor! Momentos sagrados em que a paixão de uma mulher alucinada dá ao mundo um Deus ressuscitado! (Renan, 2024, posição 6065, tradução nossa)[6].

Também Luiz Gama deixa clara a sua influência intelectual positivista. Ao escrever para seu filho Benedito Graco Pinto da Gama, por ocasião de estar jurado de morte devido suas defesas de escravos nos tribunais, Gama recomenda ao filho a leitura de dois livros: "ha dois livros cuja leitura recomendo-te: a Bíblia Sagrada e a Vida de Jesus, por Ernest Renan" (Gama apud Santos, 2010, p. 77).

Assim, como observa Alonso (2015), enquanto os abolicionistas anglo-americanos fizeram uso de igrejas, pastores, vigílias, hinos e instrumentos nas igrejas protestantes, o mesmo não ocorreu no Brasil de tradição católica, pois eram exceções os padres e irmandades antiescravistas. O movimento teve de se estabelecer como um reformismo relacionados a questões de progresso, de economia e de ciência. Joaquim Nabuco se queixa de que "a Igreja Católica, apesar do seu imenso poderio

[6] "Le dimanche matin, les femmes, Marie de Magdala la première, vinrent de très-bonne heure au tombeau. La pierre était déplacée de l'ouverture, et le corps n'était plus à l'endroit où on l'avait mis. En même temps, les bruits les plus étranges se répandirent dans la communauté chrétienne. Le cri: 'Il est ressuscité!' courut parmi les disciples comme un éclair. L'amour lui fit trouver partout une créance facile. Que s'était-il passé? C'est en traitant de l'histoire des apôtres que nous aurons à examiner ce point et à rechercher l'origine des légendes relatives à la résurrection. La vie de Jésus, pour l'historien, finit avec son dernier soupir. Mais telle était la trace qu'il avait laissée dans le cœur de ses disciples et de quelques amies dévouées que, durant des semaines encore, il fut pour eux vivant et consolateur. Son corps avait-il été enlevé, ou bien l'enthousiasme, toujours crédule, fit-il éclore après coup l'ensemble de récits par lesquels on chercha à établir la foi à la résurrection? C'est ce que, faute de documents contradictoires, nous ignorerons à jamais. Disons cependant que la forte imagination de Marie de Magdala joua dans cette circonstance un rôle capital. Pouvoir divin de l'amour! moments sacrés où la passion d'une hallucinée donne au monde un Dieu ressuscité!"

em um país ainda em grande parte fanatizado por ela, **nunca** elevou no Brasil a voz em favor da emancipação" (Nabuco, 2024, p. 67, grifo do autor) e pouco adiante compara o caso do Brasil com o da Inglaterra:

> A guerra contra a escravidão foi na Inglaterra um movimento religioso e filantrópico, determinado por sentimentos que nada tinham de político, senão no sentido em que se pode chamar política a moral social do Evangelho. No Brasil, porém, o Abolicionismo é antes de tudo um movimento **político**, para o qual sem dúvida poderosamente concorrem o interesse pelos escravos e a compaixão pela sua sorte, mas que nasce de um pensamento diverso: o de reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade. (Nabuco, 2024, p. 67, grifo do autor).

De fundamental importância para o movimento abolicionista brasileiro, também foi a participação de pessoas como Abílio César Borges e do próprio Nabuco em organizações abolicionistas internacionais, como é o caso da *British and Foreign Anti-Slavery Society*, fundada em 1839 pelo *quaker* Joseph Sturge e que teve por intenção internacionalizar a luta antiescravagista. Bethell e Carvalho informam que "para marcar seu caráter internacional, a nova sociedade organizou a primeira Convenção Internacional Antiescravidão no *Freemason's Hall*, em Londres, em 12 de junho de 1840, com a participação de abolicionistas de vários países, sobretudo dos Estados Unidos e da França" (Bethell; Carvalho, 2009, p. 215). Suzanne Miers afirma que tal sociedade "não foi a única organização humanitária preocupada em acabar com a escravidão, mas foi a mais veemente e proeminente" (Miers, 2009, p. 199, tradução nossa)[7].

De acordo com Henrique Ré, uma das principais estratégias utilizadas pela *British and Foreign Anti-Slavery Society* foi incentivar a "[...] criação das sociedades abolicionistas nos países escravistas e o estabelecimento de correspondentes que pudessem enviar informações sobre o assunto para a sua sede em Londres" (Ré, 2017, p. 297). De fato, Nabuco manteve um grande fluxo de correspondência, especialmente com o secretário da sociedade, Charles Allen. Bethell e Carvalho afirmam que houveram 110 cartas trocadas entre a Anti-Slavery Society e a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, "a grande maioria delas, mais precisamente 64%, no entanto, refere-se à correspondência entre Nabuco e o secretário Charles H. Allen. São 26 cartas de Nabuco ao secretário e 38 dele para Nabuco". (Bethell; Carvalho, 2009, p. 227).

[7] "It was not the only humanitarian organization concerned with ending slavery but it was the most vocal and prominent".

A influência foi tão significativa que alguns argumentavam que “[...] todo o progresso no Brasil, desde as ferrovias até a abolição da escravidão, derivou inteiramente da contribuição dos britânicos” (Graham, 1968, p. 284, tradução nossa)[8].

3. A popularização do abolicionismo no brasil.

A despeito de no presente trabalho ter-se escrito muito sobre as leis nacionais, o papel da religião e a correspondência com os movimentos abolicionistas internacionais, o teatro e a poesia se mostraram de suma importância no processo de popularização dos ideais abolicionistas no Brasil, e a pressão popular, por sua vez, foi de grande valia para a concretização da abolição em território brasileiro pois, como escreve José do Patrocínio, “[...] num sistema representativo, em que todos os poderes são simplesmente delegações da nação, o soberano só é verdadeiramente constitucional, quando reconhece a existência ativa e real da soberania popular” (Patrocínio, 2013, p. 139), um trecho que em muito lembra o pensamento de John Locke, tão caro aos americanos ávidos pela conquista da sua independência em relação ao poder monárquico da Inglaterra, num evento que, para o filósofo britânico Roger Scruton, deveria ser considerado “[...] o ponto de virada na nossa história, o momento em que a civilização ocidental se tornou idêntica ao mundo moderno -, pois foi nesse momento que o Iluminismo tomou o poder” (Scruton, 2024, p. 13). É para este tema que o presente trabalho volta-se agora.

De acordo com José Ramos Tinhorão, “o que a evolução do processo sociocultural brasileiro no âmbito das camadas urbanas revela, realmente, após o fim da era colonial [...] foi a busca de uma pretendida identidade nacional” (Tinhorão, 1998, p. 135); identidade esta à qual muitos esforçaram-se em acrescentar o abolicionismo como aspecto fundamental. Tendo em vista este objetivo, Angela Alonso afirma que abolicionistas como Gama, Patrocínio e Rebouças combinaram a intenção política com a inserção cultural. Utilizaram-se das artes para a mobilização política, de forma especial na utilização de conferências-concerto.

> As conferências-concerto inauguraram um novo tipo de política no Brasil: no espaço público, em vez de no Parlamento, e operada por grupos sociais relativamente marginais em relação às instituições políticas aristocráticas. O

[8] “[…] all progress there — from railways to the abolition of slavery— derived entirely from the contribution of the British”.

> abolicionismo se pôs a partir daí como uma política das ruas, voltada à mobilização de massas urbanas. (Alonso, 2015, p. 149).

Assim, na primeira metade dos anos 1880, a campanha abolicionista fez uso do espetáculo teatral com uma retórica de compaixão sendo propagada em imagens, poemas, músicas e encenações. As peças emocionavam o público que jogava flores sobre o escravo liberto, bem como sobre o libertador. Daí, de acordo com Alonso (2015) a camélia ser o símbolo do movimento. Desta forma pode-se afirmar que a arte foi de suma importância na deslegitimazão da prática escravagista e auxilou sobremodo na difusão de uma moral abolicionista. José do Patrocinio mesmo afirma em um texto publicado na Gazeta da Tarde, em 1885: “Vencendo todas as resistências do poder, havíamos conseguido agitar a consciência nacional até as suas últimas profundezas, abalar até os seus fundamentos o velho edifício da escravidão. Ao mesmo tempo que provocávamos no espírito público um fenômeno de luz, semelhante a uma chuva de meteoros” (Patrocínio, 2013, p. 69).

Ainda segundo Alonso, Patrocínio foi uma peça chave no movimento, assumindo uma postura de ter “flores nas mãos e pedras nos bolsos” (Alonso, 2015, p. 151), pois, por vezes, assumia-se uma postura mais violenta nas disputas entre escravistas e abolicionistas ou mesmo em ocasiões onde os escravos se rebelavam contra seus senhores. João Pedro Marques informa que “[...] no século XIX, algumas regiões do Brasil, especialmente a Bahia, foram palco de sucessivas revoltas de escravos. Algumas das quais [...] envolvendo luta, morte e destrução”. (Marques, 2010, p. 51, tradução nossa)[9]. Tais revoltas na Bahia contribuíram para espalhar a fama dos baianos como uma ameaça à escravatura, dada a sua insubordinação. Luiz Gama sofreu rejeição até mesmo de possíveis senhores, por conta de sua naturalidade, de acordo com Santos, “Gama sofreu na pele os dissabores de ser baiano” (Santos, 2010, p. 25). O próprio Gama, por conta de uma de suas defesas no tribunal, chegou a afirmar “[...] que todo escravo que assassina o seu senhor pratica um ato de legítima defesa” (Santos, 2010, p. 35).

Pode-se, porém, perceber a utilização da arte na campanha abolicionista ainda antes desta data pois como já se mencionou, em 1859 Gama publica as suas

[9] “[...] in the nineteenth century, some regions in Brasil – especially Bahia – were the scenes of successive slave uprisings. Some of them […] involved fighting, death, and destruction”.

Primeiras Trovas Burlescas. Em tal obra, Gama escreve seu poema Que mundo é este? onde encontra-se os seguintes versos:

> Que mundo? Que mundo é este?
> Do fundo seio d'est'alma
> Eu vejo...que fria calma
> Dos humanos na fereza!
> Vejo o livre feito escravo
> Pelas leis da prepotência;
> Vejo a riqueza em demência
> Postergando a natureza[.] (Gama, 2000, p. 128)

O poema faz uma clara crítica à frieza e à crueldade humanas que se tornam evidentes no empreendimento da escravidão, tão presente no Brasil de então. A menção ao livre que é feito escravo pode referir-se à sua própria experiência, tendo nascido livre mas vendido escravo aos 10 anos de idade. Em outro poema, denominado A cativa, Gama escreve sobre um caso de amor:

> Como era linda, meu Deus!
> Não tinha da neve a cor,
> Mas no moreno semblante
> Brilhavam raios de amor
> [...]
> Qual na rama enlanguescida[,]
> Pudibunda[,] sensitiva,
> Suspirando ela murmura:
> Ai, senhor, eu sou cativa!... (Gama, 2000, p. 134-36).

Em em seu poema No álbum, Gama se queixa do racismo e da falta de oportunidades oferecidas aos negros, por conta de sua cor de pele, bem como da omissão do catolicismo brasileiro. Em suas palavras:

> Ciências e letras
> Não são para ti[;]
> Pretinho da cost[a]
> Não é gente aqui.
> [...]
> Desculpa, meu caro amigo,
> Eu nada te posso dar;
> Na terra que rege o branco,
> Nos privam té de pensar!...
>
> Ao peso do cativeiro
> Perdemos razão e tino,
> Sofrendo barbaridades,
> Em nome do Ser Divino!! (Gama, 2000, p. 32-33).

Mas Gama prossegue seu poema com um raio de esperança:

> E quando lá no horizonte
> Despontar a Liberdade;

Rompendo as férreas algemas
E proclamando a igualdade;

Do chocho bestunto
Cabeça farei;
Mimosas cantigas
Então te darei. (Gama, 2000, p. 33).

Vê-se ainda, nos poemas de Gama, a crítica às pessoas de ascendência negra que se esforçavam por conquistar uma posição de branquitude. No poema Pacotilha:

E se eu que pretecio,
D'Angola oriundo,
Alegre, jucundo,
Nos meus vou cortando;
É que não tolero
Falsários parentes,
Ferrarem-me os dentes,
Por brancos passando. (Gama, 2000, p. 78-79).

E por fim, uma bela comparação da situação do escravo africano em terras brasileiras com a de um pássaro na gaiola, apartado da compania de sua esposa e prole. Em Coleirinho:

Canta, canta Colerinho,
Canta, canta, o mal quebranta;
Canta, afoga mágoa tanta
Nessa voz de dor partida;
Chora, escravo, na gaiola
Terna esposa, o teu filhinho,
Que, sem pai, no agreste ninho,
Lá ficou sem ti, sem vida.
[...]
Não te beija o filho tenro,
Não te inspira a fonte amena,
Nem da lua a luz serena
Vem teus ferros pratear.
Só de sombras carregado,
Da gaiola no poleiro
Vem o tredo cativeiro,
Mágoas e prantos acordar. (Gama, 2000, p. 80-81).

Já para José Bonifácio, o moço, amigo de Gama, a campanha abolicionista toma um tom de guerra. Em seu poema A Garibaldi, que foi publicado em anexo às Trovas de Gama, Bonifácio faz referência a Giuseppe Garibaldi, um abolicionista italiano que teve um papel importante na Guerra dos Farrapos, ficando ao lado dos revolucionários e contra o Império do Brasil:

Erguei-lhe um trono!... tem lauréis demais
Beijai-lhe as palmas!... são lauréis de glória!
Não quer do escravo a sonolenta paz;
Livre – não vende o prêmio da vitória!

> [...]
> Vai seu caminho, herói da liberdade,
> Audaz guiando a marcial coorte!
> Manda o canhão seu nome à eternidade
> - Da metralha senhor, rival da morte! (Bonifácio, 2000, p. 171-72).

A poesia de homens como Castro Alves, Patrocínio, Luiz Gama e Bonifácio desempenhou um papel crucial no movimento abolicionista. Os autores utilizaram a linguagem poética como uma ferramenta para denunciar a escravidão e mobilizar a opinião pública em favor de uma moral abolicionista, de modo que, segundo Carvalho, "a maré abolicionista tornou-se irresistível, transformando-se no primeiro grande movimento nacional de opinião pública" (Carvalho, 2007, p. 190).

Outro aspecto relevante da utilização da arte para fins de divulgação foi a utilização de carros alegóricos críticos durante os carnavais. Como exemplo, Tinhorão afirma que no carvanal do Rio de Janeiro de 1886, um clube de formação militar,

> [...] o irônico Escravocratas Carnavalescos, apresentava-se com um carro de crítica sob a forma de um grande barco ornado com cebolas, e dentro do qual um militar vestido de fazendeiro imitava o político conservador [e escravagista] Martinho de Campos (natural de Cebolas, no estado do Rio) fazendo discursos escravagistas para o público (Tinhorão, 1998, p. 195).

Tal apresentação possuia a clara motivaçaõ de ridicularizar e desautorizar a causa escravagista, coptando a opinião pública a favor da abolição.

No ano seguinte, o imperador D. Pedro II havia viajado para a Europa, por conta de problemas de saúde e a Princesa Isabel ficou com a regência do império. Durante tal regência, a princesa assumiu uma postura claramente abolicionista e estreitou relações diretas com líderes do movimento abolicionista, especialmente com André Rebouças. A Lei Áurea foi então finalmente assinada em 13 de maio de 1888. Carvalho informa que por conta de tal conquista "a regente foi ovacionada, os abolicionistas, como Patrocínio e Rebouças, foram carregados nos ombros pela multidão nas ruas da capital" (Carvalho, 2007, p. 192) e o imperador, com a saúde fragilizada, ao receber a notícia "[...] achou forças para balbuciar 'Grande povo! Grande povo!" (Carvalho, 2007, p. 203).

Com a abolição da escravatura, a monarquia sofreu um grande golpe que culminou na proclamação da república. Embora a princesa tenha gozado de amplo apoio popular por sua postura diante da situação escravagista brasileira, os fazendeiros e a elite política sentiram-se traídos e tornaram-se quase automaticamente republicanos. Carvalho acrescenta:

> No momento da proclamação da República, a monarquia ficou sozinha. O dano político causado pela defecção dos proprietários de escravos teve peso muito maior do que o apoio popular. [...]. Entre fazendeiros, o apoio à monarquia era condicionado à garantia que ela pudesse dar à escravidão. Para eles, 1871 e 1885 já tinham constituído uma traição nacional. A Lei Áurea fora a última gota. Diante do apoio da princesa à abolição sem indenização, decidiram que não lhes interessava mais a monarquia e que não lutariam pelo terceiro reinado. (Carvalho, 2007, p. 193).

Em contra-partida, outros que até então assumiam uma postura republicana, passaram a defender a coroa de Isabel. É o caso de José do Patrocínio, que escreve em setembro de 1888:

> Eu era republicano revolucionário durante a propaganda abolicionista e nesse tempo o Partido Republicano negou-se a deixar aferir a sua bandeira pelos sentimentos abolicionistas. [...]. O que fez a princesa regente? Ainda, sob o Ministério Cotegipe, ela, a santa, a meiga Mãe dos Cativos, dava à propaganda abolicionista tudo quanto podia: as abundâncias de piedade do seu coração. Seus filhos, os pequenos príncipes, nos seus jornaizinhos glorificavam a propaganda abolicionista, enquanto ela, a princesa, debaixo de chuva e aos estampidos do trovão esmolava pelos cativos, e quando voltava a palácio repartia um pedaço do seu manto de rainha com os escravos foragidos, que iam implorar-lhe proteção. Os republicanos não assumiam a responsabilidade da propaganda abolicionista; a princesa não se arreceava de tornar patentes, públicos os seus desejos de ver extinta a escravidão. Qual é mais nobre? O republicano que não arriscou um voto, ou a princesa que jogou num assomo de fraternidade a coroa da sua dinastia? Deixo à História a resposta. (Patrocínio, 2013, p. 174).

Agora, a violência das “[...] pedras nos bolsos” (Alonso, 2015, p. 151) de Patrocínio se volta contra os republicanos, tendo ele iniciado a Guarda Negra, composta por ex-escravos dispostos a usar da violência para proteção da família imperial.

Embora uma atividade altamente especulativa, é interessante imaginar qual teria sido a posição do republicano Luiz Gama, que não viveu para ver o fim da escravidão, diante da situação da república ter se tornado uma espécie de “vingança” da elite brasileira pela derrocada do escravagismo.

4. Considerações finais

Ao longo do presente trabalho, buscou-se demonstrar que a poesia desempenhou um papel de fundamental importância para o movimento abolicionista brasileiro na divulgação das ideias de liberdade e de igualdade. Pôde-se conhecer os principais líderes abolicionistas do Brasil e ver de sua própria pena suas reclamações,

motivações e como, através de seus poemas, buscaram denunciar a crueldade do empreendimento escravagista e salpicar ânimos de esperança e liberdade no ambiente cultural brasileiro. Pode-se mencionar, entre os principais, Luiz Gama, Joaquim Nabuco, André Rebouças e José do Patrocínio.

Observou-se como, desde 1831, diversas leis foram promulgadas na direção de abolir o tráfico de escravos e mais tarde a escravatura em si mesma, culminando na sua completa abolição em 1888, com a assinatura da Lei Áurea, pela princesa regente Isabel.

Pôde-se também comparar o movimento abolicionista brasileiro com o britânico e americano, na forma como os mesmos diferenciavam-se nas motivações e sentimentos, bem como observou-se a importância das trocas de correspondências entre as sociedades abolicionistas internacionais.

Por último, foram expostas as implicações para a monarquia brasileira, do ato da assinatura da Lei Áurea, onde os fazendeiros e a elite política nacional voltaram-se contra a coroa e passaram a defender a república, que por sua vez culminou na expulsão da família real e na proclamação da república em 1889, a despeito do apoio popular e mesmo de antigos oponentes, como José do Patrocínio, conquistados pela princesa devido a seu ato de libertação.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Wlamyra. Movimentos sociais abolicionistas. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Ed.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho. Irmão ou inimigo: o escravo no imaginário abolicionista dos Estados Unidos e do Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n. 28, p. 96-109, 1996.

BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos: correspondência, 1880-1905. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 23, n. 65, p. 207-229, 2009.

BONIFÁCIO, José. A Garibaldi. In: GAMA, Luiz. **Primeiras trovas burlescas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BONIFÁCIO, José. Saudades do Escravo. In: GAMA, Luiz. **Primeiras trovas burlescas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DOUGLASS, Frederick. **Narrative of the life of Frederick Douglass, an American slave**: written by himself. New York: Barnes & Noble Classics, 2005.

GAMA, Luiz. **Primeiras trovas burlescas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GRAHAM. Richard. **Britain & the onset of modernization in Brazil**: 1850-1914. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

KUYPER, Abraham**. Sabedoria e prodígios**: graça comum na ciência e na arte. Brasília: Editora Monergismo, 2018.

MARQUES, João Pedro. The general rule. In: DRESCHER, Seymour; EMMER, Pieter C. (Ed.). **Who abolished slavery?**: slave revolts and abolitionism. New York; Oxford: Berghahn Books, 2010.

MIERS, Suzanne. The anti-slavery game. In: HAMILTON, Keith; SALMON, Patrick. (Ed.). **Slavery, diplomacy and empire**: Britain and the suppression of the slave trade, 1807-1975. Eastbourne; Portland: Sussex Academic Press, 2009.

NABUCO, Joaquim. Reformas nacionais: o abolicionismo. In: ALONSO, Angela (Org.). **Panfletos abolicionistas**. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2024.

NEWTON, John. **Amazing grace**: an autobiography. Dascalu: Magna Gratia, 2017.

PAREDES, Carlos Sixirei. Abolicionismo en el Brasil del siglo XIX. In: SOLANO, Francisco de; GUIMERÁ, Agustín. **Esclavitud y derechos humanos**: la lucha por la liberdad del negro en el siglo XIX. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1990.

PATROCÍNIO, José do. **A campanha abolicionista**. São Paulo: DCL, 2013.

RÉ, Henrique Antonio. Uma missão abolicionista britânica no Brasil e as relações entre a British and Foreign Anti-Slavery Society e a Sociedade contra o Tráfico de Africanos

e Promotora da Colonização e Civilização dos Indígenas. **Almanack**. Guarulhos, n. 15, p. 293-317, 2017.

RENAN. Ernest. **Vie de Jésus**: histoire des origines du christianisme. HardPress, 2024. Livro Eletrônico.

SANTOS, Luiz Carlos. **Luiz Gama**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SCRUTON, Roger. **A cultura importa**: fé e sentimento em um mundo sitiado. Tradução Roberta Sartori. São Paulo: LVM Editora, 2024.

TINHORÃO, José Ramos. **História social da música popular brasileira**. São Paulo: Editora 34, 1998.